

Governo tenta superar último obstáculo a acordo da dívida

BRASÍLIA — O Governo brasileiro propôs aos bancos credores internacionais substituir a cláusula de arresto das reservas e depósitos do País no exterior pela penhora dos bens comerciais registrados em nome do Banco Central. Em contrapartida, o Governo oferece aos bancos a possibilidade de que até um terço do dinheiro novo a ser emprestado ao País, no valor global de US\$ 5,2 bilhões, possa ser convertido em investimentos sem deságio. E em torno dessas propostas que se desdobram as negociações em Nova York, cujo desfecho é previsto a curto prazo.

Os negociadores da dívida externa brasileira, entretanto, coordenados por Sérgio Amaral, Secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, e por Antônio de Pádua Seixas, Diretor do Banco Central, têm passagem marcada de volta ao Brasil para o próximo domingo. Caso não se concretize a expectativa de encerramento das negociações para a próxima semana, os dois negociadores voltarão ao País para consultas junto ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

A proposta de arresto dos bens co-

de superar as divergências em torno do último ponto importante a ser definido nas negociações com os credores privados. Mas é, ao mesmo tempo, um reconhecimento por parte do Governo de que alguma garantia contra a eventual decretação de moratória pelo País terá de ser fornecida aos bancos. Na prática, a possibilidade de arresto dos bens comerciais, registrados em nome do Banco Central, não significará, alegam fontes do Governo, nenhum dano efetivo ao País, na medida em que o BC praticamente não dispõe de bens comerciais arrestáveis no exterior.

Em relação aos demais pontos do acordo de reescalonamento da dívida externa privada, falta definir apenas o limite dos créditos que poderão se beneficiar da alternativa de aquisição dos chamados bônus de saída oferecidos pelo Governo brasileiro. Se o limite for fixado em US\$ 10 milhões, cerca de 420 bancos internacionais seriam excluídos do universo de 716 instituições credoras da dívida brasileira de médio e longo prazo. Se esse limite alcançar até US\$ 15 milhões, os bancos beneficiados su-